

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO**

Danilo Peres Bemgochea Junior

**ENGASGADO EM PRIVILÉGIOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA
EM UMA ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO**

Santa Maria, RS

2021

Danilo Peres Bemgochea Junior

**ENGASGADO EM PRIVILÉGIOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Estudos de Gênero, Área de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero.**

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Lúcia Aguiar Melo

Santa Maria, RS

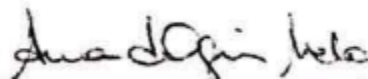
2021

Danilo Peres Bemgochea Junior

**ENGASGADO EM PRIVILÉGIOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Estudos de Gênero, Área de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero.**

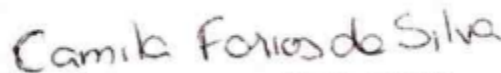
Aprovado em 03 de fevereiro de 2021:



Ana Lúcia Aguiar Melo, Dra. (UFSM)
(Presidente/ Orientadora)



Monalisa Dias de Siqueira, Dra. (UFSM)



Camila Farias da Silva, Ma. (UFSM)

“Pra eles é um sacrilégio perder privilégios
Por isso tem medo do gueto levantar fortunas”

(MC Rincón Sapiência, 2017)

RESUMO

ENGASGADO EM PRIVILÉGIOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO

AUTOR: Danilo Peres Bemgochea Junior

ORIENTADORA: Ana Lúcia Aguiar Melo

Entende-se que a sociedade ocidental e eurocêntrica sempre teve dificuldade em tratar as questões da sexualidade, que é vista, ainda nos dias de hoje, como um tabu. Sociedade esta, que as vezes por falta de informação e outras vezes por intolerância e preconceito, dissemina discursos de ódio e pratica todo tipo de violência contra aqueles(as) vistos(as) como “fora da norma”. O presente relato de experiência busca ressaltar as relações de privilégio social, diante das vivências no Curso de Especialização em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), partindo de uma perspectiva interseccional. Assim, foi possível demonstrar o quanto o acesso à informação sobre as questões de gênero e a tomada de consciência dos nossos privilégios sociais podem ser agentes fundamentais na busca por uma sociedade menos desigual, preconceituosa e violenta. Dessa forma, a abordagem interseccional, trazendo diversas temáticas que permeiam os estudos de gênero, contribuiu para o entendimento e questionamento dos privilégios sociais em diferentes âmbitos. Além disso, desenvolver este relato de experiência, tendo em vistas a questão dos privilégios, possibilitou demonstrar a importância da implementação de tal curso, diante da atual conjuntura política que vivenciamos em nosso país.

Palavras-chave: Estudos de Gênero; Privilégios Sociais; Interseccionalidade.

ABSTRACT

CHANGED IN PRIVILEGES: AN EXPERIENCE REPORT IN A SPECIALIZATION IN GENDER STUDIES

AUTHOR: Danilo Peres Bemgochea Junior

ADVISOR: Ana Lúcia Aguiar Melo

It is understood that Western and Eurocentric society has always had difficulty in dealing with issues of sexuality, which is still seen, even today, as a taboo. This society, which sometimes for lack of information and sometimes for intolerance and prejudice, disseminates hate speech and practices all kinds of violence against those seen as "outside the norm". The present experience report seeks to highlight the relations of social privilege, given the experiences in the Specialization Course in Gender Studies at the Federal University of Santa Maria (UFSM), starting from an intersectional perspective. Thus, it was possible to demonstrate how access to information on gender issues and the awareness of our social privileges can be fundamental agents in the search for a less unequal, prejudiced and violent society. In this way, the intersectional approach, bringing several themes that permeate gender studies, contributed to the understanding and questioning of social privileges in different areas. In addition, developing this experience report, with a view to the issue of privileges, made it possible to demonstrate the importance of implementing such a course, given the current political situation we are experiencing in our country.

Keywords: Gender Studies; Social Privileges; Intersectionality.

SUMÁRIO:

1 INTRODUÇÃO	7
2 JUSTIFICATIVA	10
3 REVISÃO TEÓRICA	11
3.1 ESTUDOS DE GÊNERO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	11
4 OBJETIVOS	14
4.1 OBJETIVO GERAL.....	14
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
5 MÉTODO	14
6 ARTICULAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA	16
6.1 INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS FEMINISTAS: O INÍCIO DO APRENDIZADO	16
6.2 ABAYOMI, “ENCONTRO PRECIOSO”	17
6.3 O MITO DA BELEZA	19
6.4 RECONHECENDO PRIVILÉGIOS: O RESTANTE DO APRENDIZADO E O QUE FAZER COM ISSO?	22
6.5 GÊNERO, EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO: DIFERENÇAS E SEXUALIDADES ..	25
6.6 GÊNERO E RELAÇÕES DE TRABALHO.....	31
7 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Entende-se que a sociedade ocidental e eurocêntrica sempre teve dificuldade em tratar as questões da sexualidade, que é vista, ainda nos dias de hoje, como um tabu. Sociedade esta, que as vezes por falta de informação e outras vezes por intolerância e preconceito, dissemina discursos de ódio e pratica todo tipo de violência contra aqueles(as) vistos(as) como “fora da norma”. O atual contexto político brasileiro demonstra o quanto de luta ainda é necessária para que possamos viver em uma sociedade que consiga respeitar a diferença. A criação do termo, “ideologia de gênero”, pode ser visto como uma das tentativas de minar e desconsiderar todas as conquistas adquiridas até aqui. Para Miskolci e Campana (2017, p.743):

Os empreendedores morais contra a “ideologia de gênero” são grupos de interesse conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas. Com a intenção de delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual, portanto refratário às demandas de emancipação feminina e de expansão de direitos e cidadania àqueles e àquelas que consideram ameaçar sua concepção de mundo tradicional.

É também pensando na importância da modificação destas concepções de mundo tradicionais, que os estudos feministas e conseqüentemente os estudos de gênero despertaram o meu interesse na abordagem da temática dos privilégios. Envolvendo não apenas a sexualidade, propõe-se um debate interseccional, onde inclui-se entre outras temáticas, as questões de gênero, classe e raça/etnia. Considerando-se sempre o papel político desempenhados pelas(os) estudosas(os) da área, na luta pela igualdade de direitos e na defesa de populações que historicamente são violentadas e excluídas em nosso país e no mundo, colocadas à margem do social, desconsiderando-se assim, seus direitos e a importância da criação de políticas públicas para estas pessoas.

A criação de uma Especialização em Estudos de Gênero, na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, em um ano onde vivenciamos a escalada de um governo que tem como bandeira política a intolerância e os mais diversos discursos de ódio contra qualquer tipo de “minorias”¹, demonstra que estamos atentos(as), tanto às atrocidades que sempre aconteceram como às que ainda estão prestes a acontecer. É partindo destas reflexões que considero importante desenvolver um relato de experiência sobre a vivência no Curso de Especialização

¹ Nas palavras de Sodré (2005, p.12): “Ora, a noção contemporânea de minoria - isto que aqui se constitui em questão - refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas, etc.”

em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tendo como foco principal a questão dos privilégios em nossa sociedade, pois alguns marcadores fizeram com que eu percebesse o quanto deles fazem parte da minha história enquanto sujeito. A intenção é abordar esta temática, sobretudo, sem a pretensão de me orgulhar destes privilégios ou mesmo de me vitimizar de alguma forma diante disso. É o fato de considerar este debate fundamental para a sociedade que criou o desejo desta escrita, que pretende demonstrar o quanto que a não consciência dos nossos privilégios contribui para a constituição de uma sociedade desigual, preconceituosa e violenta. Pois, nas palavras de Seffner (2017, p. 5):

É bastante evidente que na sociedade brasileira contemporânea o pluralismo provoca certo pânico, que com facilidade pode escorregar para o pânico moral, em que se atribuem a grupos de “diferentes” a culpa pelos males sociais, ainda mais quando estes “diferentes” começam a reivindicar e desfrutar de direitos e oportunidades outrora reservados às “pessoas de bem”.

Por falar em violência, alguns números trazidos na publicação de 2020 do “Atlas da Violência” desenvolvido pelo Ipea demonstram justamente alguns números que colocam o Brasil no topo dos países com maiores índices de violência contra mulheres, negros(as) e a população LGBTQI+. Segundo o Atlas, no ano de 2018, 4.519 mulheres foram vítimas de assassinato no Brasil, um índice de 4,3 homicídios por 100 mil habitantes do sexo feminino. Estes números demonstram que uma mulher foi assassinada a cada duas horas no Brasil. Válido ressaltar ainda a acentuada desigualdade racial que alguns números apontam:

Se, entre 2017 e 2018, houve uma queda de 12,3% nos homicídios de mulheres não negras, entre as mulheres negras essa redução foi de 7,2%. Analisando-se o período entre 2008 e 2018, essa diferença fica ainda mais evidente: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4% (p. 37).

Complementando a questão racial, o Atlas da violência (2020) traz ainda alguns números sobre a violência contra pessoas negras. Onde afirma que um dos principais indicadores que demonstram as desigualdades raciais no Brasil são os altos índices de mortes violentas da população negra. Os(as) jovens negros(as) são as principais vítimas de homicídio no país e as taxas seguem aumentando no decorrer dos anos. Já entre a população branca, os índices de mortalidade são muito menores, apresentando até mesmo uma redução no decorrer dos anos:

Apenas em 2018, para citar o exemplo mais recente, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8.

Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras (p. 47).

No que se refere à violência contra a população LGBTQI+ o Atlas (2020) traz a escassez de indicadores de violência contra esta população como uma questão central. Considerando como fundamental a inclusão de questões como identidade de gênero e orientação sexual nos dados coletados. Sendo fundamental ainda que estas variáveis constem nos boletins de ocorrência, fazendo com que a população LGBTQI+ esteja contemplada nos dados gerados pelo sistema de segurança pública. A falta destes indicadores, dificultam uma mensuração confiável sobre a violência contra este segmento da sociedade, bem como a criação de estratégia de intervenção do Estado por meio de políticas públicas. No entanto o Atlas (2020) traz alguns números que dão um panorama sobre a violência contra a população LGBTQI+:

Embora tenham ocorrido grandes oscilações ano a ano, o número de registros se manteve similar no primeiro e no último ano da série, padrão que não se repetiu nos registros de homicídios e tentativas de homicídio. O incremento de 127% nas denúncias de homicídio, entre 2011 e 2017, foi revertido no último ano, com redução de 28% na passagem a 2018. Em oposição, os registros de tentativas de homicídio contaram com aumento de 88% na transição entre 2017 e 2018, atingindo o ápice da série histórica (p.56).

Números que demonstram a importância do debate sobre tais temáticas, levando-se em conta a conscientização da existência da violência, bem como as questões dos privilégios sociais como perpetuadores de tal violência. Pois fica evidente, através da pesquisa trazida no “Atlas de Violência”, quais as pessoas estão mais vulneráveis e suscetíveis a sofrerem violência em nosso país. Daí a necessidade que sinto em compartilhar a experiência de ter participado de um curso de Especialização em Estudos de Gênero, promovido por uma universidade pública, situada no interior do país. Enfatizo estas características da UFSM, pelo fato de entender a importância que a geração de conhecimento e informação desempenham para a modificação do nosso quadro de intolerâncias, violências e atrocidades.

Uma experiência que com certeza, foi transformadora para mim, modificando minhas formas de entender e atuar no mundo. O que trouxe não só um reconhecimento de si, como do outro e da sociedade como um todo. Para isso, o presente trabalho é composto por seis títulos que contam esta história: Introdução aos estudos feministas: o início do aprendizado; Abayomi, “encontro precioso”; O mito da beleza; Reconhecendo privilégios: o restante do aprendizado e

o que fazer com isso?; Gênero, educação e conhecimento: diferenças e sexualidades e Gênero e relações de trabalho.

2 JUSTIFICATIVA

Homem, branco, hétero, de classe média, sem deficiência... podia encher a página só com meus privilégios. Estar em uma pós-graduação que me faça refletir sobre tais questões é de suma importância para meu crescimento tanto profissional como pessoal, visando uma desconstrução constante.

Dessa forma, o impacto de me descobrir tão privilegiado e poder compartilhar isso através deste trabalho também serve como justificativa para tal. Pois, como ressalta Edith Piza (2002, p. 88), é sempre importante sustentarmos discussões e reflexões “sobre como ultrapassar as “consistências” oferecidas pelo cotidiano, não apenas enquanto discriminados, mas igualmente como discriminadores”. A metáfora da porta de vidro² utilizada pela autora ilustra a importância do descobrir-se racializado. O descobrir-se racializado pode ser um movimento para a saída da zona de conforto e da naturalização de quais sujeitos são passíveis de análise no social ou não, bem como, carrega uma importância fundamental na mudança das lentes de como se enxerga o mundo e nossas relações. Assim, compartilhar estes movimentos, proporcionados pelo curso, pode ser de suma importância, trazendo contribuição tanto acadêmicas como sociais.

Além disso, a ideia de desenvolver tal trabalho, surgiu durante as aulas, quando pude perceber que eu era o único homem hétero em sala de aula, e isso me desacomodava, ou me incomodava mesmo, pois este fato me tornava a pessoa com mais privilégios sociais dentro daquela turma. Até mesmo a diferença do olhar das pessoas, ao transitar pela universidade na companhia de alguns colegas, escancara e reafirma a todo o momento a produção da “norma”. Para Welzer-Lang (2001) o heterossexismo é produzido constantemente tanto por instituições como pelos indivíduos, afirmando assim a superioridade da heterossexualidade em relação à homossexualidade. Assim, nas palavras do autor, “o heterossexismo toma como dado que todo mundo é heterossexual, salvo opinião em contrário (p. 468)”

² “Talvez uma metáfora possa resumir o que comecei a perceber: bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isto resume, em parte, o descobrir-se racializado, quando tudo o que se fez, leu ou informou (e formou) atitudes e comportamentos diante das experiências sociais, públicas e principalmente privadas, não incluiu explicitamente nem a mínima parcela da própria racialidade, diante da imensa racialidade atribuída ao outro. Tudo parece acessível, mas, na realidade, há uma fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada que se sabe sobre si mesmo.” (PIZA, 2002, p. 61)

Dessa forma, a importância do presente trabalho, se dá pelo fato da aquisição de conhecimentos fundamentais sobre gênero, que foram sendo desenvolvidos no decorrer da pós-graduação. Pois, demonstra de que forma o curso pode ser um disparador, que traga segurança para a discussão de gênero com seu viés interseccional nos diferentes lugares da sociedade, para além dos muros da universidade. Além de ser uma possibilidade de demonstrar a importância da implementação da Especialização em Estudos de Gênero em tempos de intolerância e imposições, vindas do próprio Estado brasileiro. Uma maneira de dar visibilidade ao curso e encorajar a implementação de cursos com temáticas semelhantes em outros ambientes educacionais, aumentando também o interesse das pessoas no estudo das temáticas abordadas aqui.

3 REVISÃO TEÓRICA

3.1 ESTUDOS DE GÊNERO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Importante começar destacando o papel do movimento feminista na abordagem das questões de gênero. Movimento este, que vem carregado de um caráter político, que denuncia entre outras coisas, a opressão às mulheres. É neste contexto que surge a categoria gênero, com a intenção de desconstruir o binarismo homem/mulher e a rigidez de conceitos carregados de preconceito e intolerância. Louro (1995) destaca a importância dos movimentos sociais de contestação das décadas de 1960/70. Onde no Brasil a presença feminina torna-se maciça nas manifestações, passando a expressar publicamente uma luta específica. Se o movimento feminista não era uma novidade, mostrava-se neste momento, um movimento forte e organizado, o que lhe garantia continuidade. Assim, o conceito de gênero passa a representar outra mudança, que ultrapassa a denúncia da opressão e da experiência feminina, passando a propor novos paradigmas. Dentre eles, abordando a construção social e histórica dos sexos, com a intenção de debruçar-se sobre o caráter social das distinções baseadas no sexo.

Conforme Scott (1995) a palavra gênero foi utilizada inicialmente pelas feministas, como uma forma de abordar a organização social da relação entre os sexos. Rejeitando o determinismo biológico que termos como “sexo” ou “diferença sexual” carregam. A referida autora entende ainda que, para que tal abordagem faça sentido temos que tratar do sujeito individual em sua relação com a organização social, articulando a natureza das suas interrelações, pois estes fatores carregam uma importância fundamental na compreensão do funcionamento do gênero e como podemos chegar à alguma mudança. Dessa forma, a palavra

gênero rejeita o que se denomina ser “homem” ou ser “mulher”. Colocando em xeque teorias baseadas apenas no corpo biológico, passa a ser uma nova maneira de entendimento e definição cultural das relações de poder imbricadas neste contexto.

Trago para a cena então, os contextos de ditadura onde alguns movimentos feministas surgiram, pois assim como podemos ameaçar o sistema e sua rigidez, ele também pode nos ameaçar através dos mais variados retrocessos. Ao abordar o feminismo latino-americano e caribenho Faria (2005) afirma que um ponto em comum em vários países da região é que o movimento feminista surge em um contexto de ditaduras, ou seja, na luta pela redemocratização, buscando articulação com outros movimentos sociais. Além disso, a autora entende que neste cenário, os setores que mantinham um discurso mais crítico eram isolados e considerados utópicos e idealistas. Para Scott (1995), ainda hoje, políticos com ideologias conservadoras desejam e propõem várias leis sobre a organização e o comportamento da família, no intuito de modificar as práticas atuais. Ressalto que o texto da referida autora é de 1989 e traz consigo uma atualidade assustadora, ainda temos muito a lutar por respeito, igualdade e dignidade. Para Faria (2005, p.24):

Não se trata, aqui, de reabrir o debate sobre as normatizações vinculadas à sexualidade, mas de refletir sobre a construção social da sexualidade que se verifica no presente. Mais do que isso, trata-se de reafirmar uma visão libertária da sexualidade, baseada na igualdade e no consenso, portanto de crítica à mercantilização e às relações de dominação.

Por isso, Meira (2014) destaca que é preciso considerar os Estudos de Gênero como uma categoria em constante construção. Seu começo, com o movimento feminista foi ampliando-se, de maneira a englobar as mais diversas “minorias”, atacadas por visões heterogêneas das possibilidades sexuais e de gênero. Considerando a importância das construções históricas, sobrepostas às questões biológicas, os Estudos de Gênero entendem que a heteronormatividade não é uma definição da natureza ou mesmo “divina”. Pois, como seres culturais, nos relacionamos através de relações de poder, que carregam consigo um caráter político.

Válido ressaltar ainda, a implicação do movimento feminista com outros movimentos sociais, temáticas que contribuem para uma construção interseccional dos Estudos de Gênero. Corrêa (2001), lembra que o movimento feminista no Brasil, teve seu auge em 1970, e esteve ligado a outros movimentos sociais e populares da época, trazendo reivindicações como: a luta por moradia, melhores condições de vida, a criação de creches nas fábricas e universidades. Além das lutas por anistia de presos(as) políticos(as), contra o racismo, pelos direitos dos(as) indígenas e em conjunto com os movimentos homossexuais. Nesta mesma esteira de

pensamento, Silva (2000) afirma que os Estudos de Gênero no Brasil seguem diferentes momentos dos movimentos feministas. Na década de 1980, o país começa uma caminhada lenta de saída dos chamados “anos de chumbo” da ditadura militar de 1964. No entanto, é desde os anos 70 que as mulheres brasileiras começaram a se mobilizar contra o custo de vida, por creches e por maior abertura política. Neste contexto, a principal preocupação e foco dos trabalhos produzidos sobre a temática eram relacionados à mulher e trabalho. Já nos anos oitenta, diversos movimentos feministas começam a questionar a condição da mulher no país. Aparecendo na academia, as temáticas das desigualdades sociais entre os sexos. Assim, áreas como a sociologia, a demografia e a história, começam a trabalhar diferentes temáticas, buscando resgatar o papel da mulher em diferentes sociedades, em especial na sociedade brasileira. Gerando um crescimento, tanto de qualidade como de quantidade, dos estudos de gênero.

É através destes contextos históricos, que se considera fundamental trazer à tona autoras que desempenharam e desempenham um papel fundamental na construção dos Estudos de Gênero. Diante da necessidade de não esquecer o caráter social que envolve as distinções baseadas no sexo, Guacira Lopes Louro (1997) destaca a importância de estarmos atentos(as) às relações de poder que estamos sujeitos(as) nas mais variadas esferas sociais. Procurando fazer um movimento de recusa ao binarismo rígido nas relações de gênero, buscando uma problematização mais ampla e complexa, dando lugar às mais variadas combinações de gênero, sexualidade, raça e etnia. Para isso, Louro (2007) afirma que como o gênero, a sexualidade deveria ser entendida também como uma construção histórica, produzida na cultura, cambiante, instável, múltipla e provisória. Sendo “relevante refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades que essa cultura coloca para a sexualidade (p.204)”. Butler (2016) coloca como uma tarefa a abordagem de instituições definidoras como o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória, perguntando-se quais possibilidades políticas podem surgir diante de uma crítica radical das categorias de identidade. E entende que a constituição dos corpos se dá de maneira política. E que “é impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (p.21)”. Para ela, o poder parece operar na construção desta estrutura binária, onde o conceito de gênero é pensado. Condizente com isso, Louro afirma que:

Nos campos do gênero e da sexualidade em que nos movimentamos, poder e diferença são questões recorrentes. Os processos de constituição de uma prática sexual como normal (e, então, como a prática a ser compulsoriamente adotada por todos) e de outras práticas como desviantes ou anormais dão-se, como sabemos, em meio e por meio de jogos de poder (2007, p. 216).

Diante disso, partindo da afirmação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher” a autora acrescenta que tal afirmação vem acompanhada da noção de um fazer, supondo a construção de um sujeito feminino, ou seja, um sujeito de gênero. Sendo assim, “lidar com o conceito de gênero significa colocar-se contra a naturalização do feminino e, obviamente, do masculino (p.207)”.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Ressaltar as relações de privilégio social, diante das vivências no Curso de Especialização em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), partindo de uma perspectiva interseccional.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Demonstrar a importância do acesso à informação sobre as questões de gênero;
- Demonstrar o quanto que a não consciência dos nossos privilégios contribui para a constituição de uma sociedade desigual, preconceituosa e violenta;
- Demonstrar de que forma os estudos de gênero em seu viés interseccional traz à tona a discussão sobre os mais variados tipos de preconceitos e intolerâncias;
- Discutir a questão dos privilégios através das temáticas que envolvem os estudos de gênero.

5 MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, onde serão descritas as vivências no Curso de Especialização em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Tendo como intenção, levar em conta o conceito de subjetividade trazido por Rey (2010):

A subjetividade legitima-se por ser uma produção de sentidos subjetivos que transcende toda a influência linear e direta de outros sistemas da realidade, quaisquer que estes sejam. O sentido subjetivo está na base da subversão de qualquer ordem que se queira impor ao sujeito ou à sociedade desde fora (p. 22).

A pesquisa conta com a utilização de anotações e memórias, adquiridas do decorrer do curso, que fazem parte da constituição de um diário de campo. Alguns acontecimentos sociais, ocorridos durante a construção deste trabalho, também foram utilizados, como forma de ilustrar o aprendizado adquirido através da especialização, bem como trazer à tona a indignação diante de tais fatos. Para Kroef, Gavillon e Ramm (2020) a utilização do diário de campo contribui para a relação do(a) pesquisador(a) com o campo-tema. Assim, as memórias, os hábitos e a inserção do(a) pesquisador(a) nos mais variados contextos também compõem a pesquisa, vista como um fazer político que intervém na realidade.

A discussão que pretendo fazer terá como aporte teórico os referenciais apresentados em aula, além de algumas indicações feitas por professores e professoras do curso, no decorrer dos anos de 2019 e 2020. Dentre elas, estão autoras com uma caminhada fundamental para os estudos de gênero como: Guacira Lopes Louro, Judith Butler, Joan Scott, Sueli Carneiro, Lélia Gonzales e Maria Aparecida da Silva Bento.

Além disso, a ideia de tal trabalho teve como inspiração as trocas e aprendizagens desenvolvidas durante a disciplina de “Fundamentos de metodologia e pesquisa feminista”, formas de fazer ciência com às quais me identifico, mas que não tinha conhecimento, nem embasamento para legitimar estas formas de pensar a ciência. Sendo válido destacar a importância que Löwy (2000) dá aos conhecimentos situados, por exemplo:

Uma ciência fundada sobre conhecimentos situados pode ser apresentada como a única alternativa aos dois perigos simétricos: o totalitarismo de uma visão única e sua imagem especular, o relativismo. Ela alimenta sua força no fato de que reflete nossa posição real no mundo – não a de sistemas pensantes imateriais que produzem uma “visão de nenhures”, mas a de pessoas de carne e osso, frágeis, mortais e, portanto, desprovidas da possibilidade de um controle “definitivo” sobre o que quer que seja. Se definimos a ciência como uma atividade subjetiva e situada, os membros dos grupos dominados que desejem alcançar um status de sujeito do saber não precisam mais escolher entre duas possibilidades simetricamente temíveis: a desaparecimento de suas alteridades e a renúncia aos ideais de universalidade, de racionalidade ou de objetividade dos saberes. Uma “ciência situada” pode abrir caminho para uma outra definição de objetividade e de universalidade – definição que inclui a paixão, a crítica, a contestação, a solidariedade e a responsabilidade (p.38).

No entanto, Narvaz e Koller (2006) destacam que a falta de legitimação dos estudos feministas e de gênero dentro dos currículos universitários, demonstram a posição marginal que este tipo de fazer ciência ocupa. Um fazer que vem sendo negligenciado, ocultado e

desvalorizado por jogos de poder, sustentados pela cultura androcêntrica que perpassa tais ambientes. As autoras destacam ainda a necessidade de produzirmos saberes e práticas comprometidas e implicadas, características das quais as metodologias feministas podem contribuir de uma maneira ampla.

Como forma de caracterizar a turma, a mesma era composta por cerca de 50 estudantes, que formavam um grupo heterogêneo de pessoas. Composta em sua maioria por mulheres e pessoas brancas, a turma contava ainda com uma diversidade no que diz respeito a pessoas cis, lésbicas e homossexuais. Pessoas de diversas áreas como: Psicologia, Comunicação, História, Fisioterapia, Enfermagem, Direito, Matemática, dentre outras.

6 ARTICULAÇÃO TEÓRICO – PRÁTICA

6.1 INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS FEMINISTAS: O INÍCIO DO APRENDIZADO

Na verdade, o início do aprendizado se deu já na entrevista para a entrada no curso. Lembro, dentre outras coisas, que me foi perguntado sobre meu sentimento pelo fato de as pessoas que procuraram a especialização serem predominantemente mulheres. No dia, talvez não tenha entendido a dimensão de tal pergunta. Meu primeiro impulso, foi pensar em falar sobre a predominância de mulheres nos locais acadêmicos e de trabalho, pelos quais transitava e ainda transito. No entanto, a resposta tomou outro rumo, falei sobre o incômodo que sentia pelo fato das imposições do que é ser homem, lembrando inclusive da fala da ministra Damares, sobre menino vestir azul e menina vestir rosa. Imposições que fortalecem nosso ideal machista de sociedade e a conseqüente opressão das mulheres. Questões que acabam afetando ambos os sexos, mas que muitas vezes não fazem parte das discussões entre pessoas do sexo masculino. Por isso, ressalto a importância dos homens buscarem conhecimento sobre as questões de gênero, sem achar que a luta por uma sociedade mais justa é responsabilidade somente das mulheres ou de grupos considerados minorias. É através do respeito mútuo que podemos atingir uma mudança social real no que diz respeito às questões de gênero. Freitas, Felix e Carvalho (2018) entendem que o engajamento de homens com o movimento feminista possui uma importância fundamental, pois é necessário que os mesmos saiam da posição de opressores e reconheçam os direitos humanos das mulheres, somente assim será possível uma mudança na ordem patriarcal. Que possam, além disso, contribuírem para a criação de políticas públicas de equidade de gênero, estando dispostos a abrirem mão de seus privilégios em prol da transformação da sociedade androcêntrica. Engajando-se na luta do desenvolvimento e

realização pessoal das mulheres, buscando o fim da violência de gênero, que acaba por afetar ambos os sexos.

Até hoje a indagação que me foi feita nesta entrevista traz algumas reverberações, no entanto, o que fica mais explícito é o grau de riqueza e aprendizado que obtive com estas pessoas. Não vou ser repetitivo, falando novamente sobre o restante da turma e a minha posição de privilégios fora dali, no social. Todas as pessoas que conheci e convivi tiveram uma importância ímpar na construção do que sou hoje, depois de ter passado por esta experiência.

6.2 ABAYOMI, “ENCONTRO PRECIOSO”

Esta seção traz alguns pontos estudados e experiências vividas em duas disciplinas do curso: “Introdução aos estudos feministas” e “Introdução aos estudos de gênero”. A primeira experiência e o primeiro aprendizado em sala de aula foi construir em conjunto com a turma uma boneca abayomi. O significado da palavra Abayomi, “encontro precioso”, serviu como uma metáfora para o nosso primeiro contato. No entanto, a história da criação de tais bonecas, remonta ao período da escravidão. Onde as mães africanas escravizadas, ao serem transportadas em navios entre a África e o Brasil, criavam pequenas bonecas, com retalhos retirados de suas saias, confeccionando as mesmas com tranças e nós, servindo de amuleto para proteção (Geledés, 2015). Segundo Marleide Ferreira (2018), até hoje, estas bonecas são vistas como símbolo de força, resistência e poder feminino. Lembrando ainda, que a história das Bonecas Abayomi no Brasil inicia-se no final dos anos 80, onde a artesã, educadora popular e militante do Movimento de Mulheres Negras, Lena Martins, buscou, através da arte popular a conscientização e a sociabilização. Lena contribuiu para a criação da cooperativa Abayomi em 1988. Projeto este, que faz parte de uma rede nacional contra a violência à mulher, bem como da rede de mulheres negras latino-caribenhas.

Começo relatando esta atividade, pelo fato da valorização da partilha de experiências através de “encontros preciosos”. Às vezes, infelizmente, é difícil encontrarmos lugares que nos proporcionem isso. No entanto, considero que ambientes como estes nos dão segurança e contribuem para o aprendizado. Além disso, reconhecer a importância dos sentimentos e das relações não é algo bem visto no “universo masculino”. Para Moniz (2020), as representações e estereótipos do que é ser homem na sociedade, traz consigo problemáticas tanto de cunho social como de cunho pessoal afetivo, causando muitas vezes, sofrimentos psicossociais. Sendo que, nos homens, estes sofrimentos podem aparecer diante das dificuldades de manter suas

“regalias” sociais ou por não conseguirem se abrir em relação a seus sentimentos. Pontos estes que fizeram parte das discussões também da disciplina intitulada “Gênero e Saúde”.

Além disso, a proposta de trabalho da disciplina de “Introdução aos Estudos Feministas”, já possibilitou outras trocas e aprendizados importantes como o questionamento das normas sociais e políticas construídas como padrão, ou seja, consideradas “normais”. Diante da indagação feita sobre nossas experiências de convívio, como as relações construídas desde a forma como fomos criados(as) e conseqüentemente a maneira como aprendemos a enxergar o mundo, comecei a entender a importância de questionar meus próprios privilégios. E entender a importância do movimento feminista na construção de uma abordagem de gênero, que respeite as diferenças e a história de cada sujeito, engendrado(a) nas relações de poder contidas em nosso cotidiano. Além disso, a disciplina serviu para reforçar o entendimento do quanto somos fígados(as) pela falsa sensação de liberdade, respeito e igualdade, entendendo que temos que estar em um constante estado de alerta, para não sermos repetidamente absorvidos(as) pelas lógicas de poder instituídas no social. Nesse sentido, Faria (2005) traz uma crítica à visão liberal de direito, que acaba por embotar questionamentos críticos sobre modelos e práticas do social. Questionando através disso, que tipo de subjetividade é construída em uma sociedade onde impera o livre mercado e o consumo.

Subjetividades estas que não trazem consigo um pensamento e uma história próprias, pois estamos constantemente sendo contados(as) por outros, que seguem uma lógica padrão, de uniformidade, uma produção em massa de pensamentos. Assim, para Naomi Wolf (1992), em sua obra intitulada “O mito da beleza”, a autora afirma que: “a menina aprende que as histórias acontecem a mulheres “lindas”, sejam elas interessantes ou não. E, interessantes ou não, as histórias não acontecem a mulheres que não sejam “lindas” (p.80)”. A meu ver mais uma forma de poder, para continuar a submeter as mulheres às “regras” de uma sociedade machista. Onde, sem a reflexão crítica desde o início de nossa constituição enquanto sujeitos, jamais chegaremos à uma sociedade que respeite os sujeitos em sua singularidade. Para isso temos que ter em mente o que Scott (1995, p.18) afirma:

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual. Temos que ficar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas.

Além disso, não posso deixar de ressaltar a minha satisfação ao conhecer a obra de Naomi Wolf, “O mito da beleza”. No meu entendimento, uma das obras mais importantes que tive contato durante o curso e uma leitura que trouxe a sensação e a necessidade do questionamento constante, das normas instituídas e fixadas em nossa sociedade.

6.3 O MITO DA BELEZA

Sem estes deslocamentos e autocríticas ficamos à mercê de padrões sociais, que nos colocam em uma posição de súditos, na manutenção, por exemplo, do capitalismo e das lógicas de mercado. Uma prova disso é trazida por Wolf (1992), onde ela afirma que o dinheiro é mais eficaz quando se trata de movimentar a história do que o sexo, isso comprova que o mito da beleza tem característica política e não sexual. Ao reduzir o amor próprio da mulher, pode até haver algum valor sexual para determinados indivíduos, mas traz consigo um valor financeiro para toda a sociedade. Sendo assim, a insatisfação das mulheres quanto ao seu físico está ligada muito mais com as necessidades de mercado do que com a concorrência entre os sexos. O mito da beleza é consequência exclusivamente da necessidade cultural, econômica e da estrutura de poder vigente em criar uma contraofensiva contra as mulheres. Caracterizando-se assim, por ser político e não sexual. A beleza deixa de ser apenas uma maneira simbólica de moeda para se tornar o próprio dinheiro.

Assim o mito da beleza estabelece comportamentos e aparências a serem seguidos, e dessa forma somos moldados e moldadas. Enformados(as)³ e não informados(as) do quanto somos manipulados(as) pelas regras do patriarcado. Por isso, insisto que devemos estar constantemente atentos(as) às formas sutis de dominação que investem sobre nossos corpos e mentes. Nesse sentido, Faria (2005) afirma que existiu um momento em que se acreditou ter conseguido avanços importantes nas reivindicações, e que o próximo passo era monitorar a garantia de implementação das políticas. No entanto, a autora ressalta que:

O fato é que todo esse processo desarmou, dispersou e despolitizou o movimento de mulheres. Enquanto este se concentrou na defesa de normatizações jurídicas e de políticas públicas focais, nestes tempos de neoliberalismo, o mercado reorganizou nossas vidas em todos os níveis, incluindo o subjetivo. Paralelamente e em consequência desse quadro, assistiu-se à imposição de um padrão de beleza estrito e comprado nas clínicas de cirurgia plástica, à medicalização de processos naturais da

³ Outro termo que acabei conhecendo durante nossos diálogos em sala de aula. Somos constantemente enformados, ou seja, colocados em formas, moldados.

vida, como a menopausa e a menstruação, à diminuição de direitos trabalhistas, entre outros (p.20).

Para Wolf (1992) as imagens de beleza impostas às mulheres tornam-se mais rígidas, pesadas e cruéis na mesma medida em que estas vencem os mais variados obstáculos legais e materiais. Buscando destruir psicologicamente, de maneira oculta, tudo de positivo que o feminismo proporcionou às mulheres. Assim, assistimos ao crescimento acelerado de distúrbios alimentares, em uma sociedade onde a cirurgia plástica com viés estético, tornou-se uma das maiores especialidades médicas. Portanto, “o mito da beleza na realidade sempre determina o comportamento, não a aparência (p. 17)”.

Levando-se em conta o que foi exposto até aqui, entendo que devemos constantemente reavaliar nossos métodos de análise e questionamentos na luta por igualdade. Para Scott (1995) devemos estar constantemente atentos(as) aos nossos métodos de análise, clarificando nossas hipóteses e explicando de que forma entendemos que a mudança se dá. Procurando não por origens únicas, mas sim entendendo processos diretamente ligados entre si, que não podem ser separados. Condizente com isso e talvez como uma maneira de fazer política, Wolf (1992) aborda a mais básica das liberdades, onde os sujeitos (homens e mulheres) possam contar sua própria história:

Trata-se da mais básica das liberdades: a de imaginar o próprio futuro e de ter orgulho da própria vida. A eliminação dos sinais da idade dos rostos femininos tem a mesma ressonância política que seria provocada se todas as imagens de negros fossem costumeiramente clareadas. Essa atitude faria o mesmo julgamento de valor com relação aos negros que essa manipulação faz quanto ao valor da vida da mulher, ou seja, que menos vale mais. Eliminar os sinais da idade do rosto de uma mulher equivale a apagar a identidade, o poder e a história das mulheres. (p.109)

Somos proibidos(as) de contar nossas próprias histórias. A pluralidade de histórias não tem valor, pois até elas devem seguir a lógica capitalista de produção em massa, de uniformidade. No entanto, todos temos algo a dizer e devemos nos fazer ser escutados, fazer valer nossa posição, exigir respeito! Não existe outra forma de fazer política a não ser esta. Conforme Scott (1995, p.2) “os que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história.” Mais uma prova do poder das palavras, talvez por isso estas sejam tão desvalorizadas socialmente no mundo atual. As palavras e o diálogo têm o poder de subverter lógicas instituídas socialmente, gerando reflexão crítica e questionamentos sobre nossas práticas e

formas de vida. O que pode ser perigoso para um Estado machista, onde imperam-se todos os tipos de preconceitos. Assim, a referida autora, entende ainda que:

O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. (p. 22)

Neste contexto os estudos de gênero aparecem como uma forma de subverter estas lógicas instituídas. Para Scott (1995) o termo gênero é mais uma tentativa das feministas na luta por um certo campo de definição, demonstrando a inadequação das teorias existentes quando se trata de explicar as desigualdades entre mulheres e homens. É neste viés que trago novamente a noção do mito da beleza apontado por Wolf (1992), onde a autora afirma que no momento em que se atribui valor às mulheres de uma forma hierárquica vertical, através de padrões impostos culturalmente, fica evidente a relação de poder onde as mulheres necessitam competir de maneira antinatural, por recursos dos quais os homens se apropriaram. Assim:

Considerando-se que pode ser mais fácil enfraquecer a mulher ocidental de classe média sob o ponto de vista psicológico agora que estamos mais fortes sob o aspecto material, o mito da beleza, na forma em que ressurgiu na última geração, teve de recorrer a sofisticação tecnológica e fervor reacionário maiores do que anteriormente. O atual arsenal do mito consiste na disseminação de milhões de imagens do ideal em voga. (p. 20)

Assim, o mito da beleza diz respeito, diretamente, à organização social. Wolf (1992) afirma que para cada ação feminista existe uma reação contrária e de intensidade igual por parte do mito da beleza. Quanto mais aproximam-se do poder, mais as mulheres são exigidas a se sacrificarem em prol de seu físico. Com isso, as mulheres de grande sucesso profissional têm tempo, energia e concentração suficientes que proporcionam às mesmas realizarem muito bem seu trabalho, no entanto não sobra tempo para outras atividades sociais ou teorização livre, onde existiria a possibilidade de questionar e tentar mudar a estrutura do sistema como um todo. Assim, quando se intensificam as exigências, levando as mulheres a um colapso, elas terão vontade somente de voltar para casa.

Este jogo político, acaba novamente por embotar a capacidade crítica, fazendo com que não haja questionamentos do sistema, dessa forma as lógicas de opressão e desigualdade seguem imperando. E não é difícil entender por que estas ferramentas são utilizadas pelo

sistema, pois se formos reflexivos(as) e questionadores(as) nos tornamos uma ameaça para a manutenção do mesmo. Nas palavras de Scott (1995, p. 27):

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro.

A potência das primeiras disciplinas do curso se deu de tal forma, que reforçou o meu entendimento de que devemos lutar contra a dominação que nos é imposta diariamente, sem medo de sermos taxados de sonhadores ou radicais. Levando em conta, a importância da dimensão utópica para que conquistemos nossa liberdade e nossos espaços de fala, pois quando relaxamos somos novamente engolidos pelo sistema. O que parece ser bastante atual, pois quando acreditamos estar vivendo em uma democracia, baixamos a guarda e enxergamos nitidamente as consequências disso.

6.4 RECONHECENDO PRIVILÉGIOS: O RESTANTE DO APRENDIZADO E O QUE FAZER COM ISSO?

Entendo que qualquer formação está sempre em constante construção, buscando melhorar e se complementar ao longo da sua existência. No entanto, resalto aqui um sentimento fundamental que ficou sobre esta experiência. O engajamento para a construção de um curso que trouxesse à tona, não somente as questões de gênero, como também as suas relações com a saúde, a comunicação, sexualidade, passando pelas pesquisas e metodologias feministas, gênero e trabalho, gênero e educação, e as questões de classe e raça/etnia, demonstra a sua riqueza. Espaço onde pude reconhecer, e aprender a combater, através de argumentos muito bem sustentados, a constituição dos privilégios em nossa sociedade.

Começando pelas questões raciais abordadas na disciplina de “Gênero e questões étnico-raciais”, uma observação se faz necessária. Novamente presencio, dentro de uma Universidade Pública, uma turma de maioria branca. Bento (2018) entende, que o conceito de racismo institucional é fundamental, pois dispensa discussões sobre se existe ou não preconceito contra negros e mulheres no interior das instituições. Por se tratar de uma discriminação rotineira e contínua, fica nítido que o presente e o passado se fundem em prol de sua perpetuação, o que exige uma reflexão constante sobre as condutas das instituições. É neste

sentido que falo sobre uma mudança de olhar, isso talvez, em outros momentos passasse despercebido para mim, talvez pelo conforto e a ignorância dos meus privilégios. Mas as problematizações propostas, tanto pelo curso como pela interação com a turma, fizeram com que minhas “lentes” nunca mais fossem as mesmas. A dificuldade de enxergar tais discrepâncias sociais parece-me estar relacionada com o que Bento (2018) afirma, quando a mesma considera que a construção histórica e social da branquitude, possibilita, através de sua solidez coletiva, uma comunidade de negação, negando e excluindo o que não a interessa. Esta expressão ideológica da branquitude, que tem por intenção afirmar a união dos povos, expressa e mascara a realidade, assim, oculta-se o conflito e mascara-se a dominação. Hoje vejo inclusive, que a falta de estudos e esclarecimentos sobre as questões raciais tem a ver com o mito da democracia racial⁴ latino-americana, onde Sueli Carneiro (2003) afirma que:

A valorização da diversidade humana torna-se um pré-requisito para a reconciliação de todos os seres humanos. Se podemos educar as pessoas para discriminar e oprimir será possível fazê-las aprender a respeitar, acolher e se enriquecer com as diferenças raciais étnicas e culturais. Este é o abcesso do novo pacto racial e de gênero que desejamos. Um país que foi capaz de criar a mais bela fábula de relações raciais, que é o nosso mito da democracia racial, talvez seja também capaz de um dia torná-lo realidade (CARNEIRO, 2019).⁵

A meu ver é esse ponto que Grada Kilomba (2019) também aborda quando fala sobre o déficit teórico sobre o racismo e a pouca importância dada à essa temática, bem como o desrespeito com aquelas e aqueles que sofrem as experiências do racismo. Nesse contexto fica evidente quais teorias e teóricos têm espaço na academia, por exemplo. Cenário que engloba alguns termos que a autora utiliza para explicar o racismo e sua perpetuação como: racismo estrutural, racismo institucional e racismo cotidiano. Assim, a tomada de consciência do papel que a branquitude⁶ desempenha, para a perpetuação de nossa sociedade racista é indispensável. Schucman (2018) afirma que, para alcançarmos uma sociedade mais justa e igualitária é fundamental que coloquemos a branquitude em questão, onde a mesma aparece como um lugar

⁴ Florestan Fernandes (2003, p. 1) considera o mito da democracia racial como “um meio de evasão dos estratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis. Daí a necessidade do mito. A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas.”

⁵ Fala de Sueli Carneiro, durante o FestiPoa Literária, ocorrido ano de 2019 no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O trecho da fala pode ser encontrado em: <https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro-organizem-se-porque-nao-ha-mais-limite-para-a-violencia-racista/>.

⁶ Para Schucman (2018, p.144), “branquitude é o termo utilizado para se falar das construções das identidades raciais brancas, que é preciso ser pensada sempre de modo relacional e construídas sócio-historicamente, a partir das relações de poder da estrutura social na qual estão inseridas. Desta forma, é preciso pensar que os grupos e sujeitos que são considerados brancos em determinados locais, não necessariamente o são em outros contextos. Contudo, é unânime entre os estudiosos críticos da branquitude que essa identidade se construiu a partir da ideia fictícia de superioridade produzida pelo conceito de raça forjado pela pseudociência do fim do século XIX.”

de privilégio nas sociedades que se estruturam pelo racismo. Sendo necessário que as pessoas brancas entendam-se como racializadas e influentes nas dinâmicas sociais e raciais, buscando modificar a sua forma de estar no mundo e nas instituições nas quais transitam, visando uma mudança da sociedade como um todo.

Além disso, a proposta de atividade da disciplina “Gênero e questões étnico-raciais”, de conhecer a história de vida de autoras como Sueli Carneiro e Lélia Gonzales trouxe consigo o engajamento para pensar a importância destas autoras no ativismo negro. Além de possibilitar conhecimentos fundamentais de alguns termos que servem de ferramentas para a discussão de tais temáticas, como amefricanidade e a necessidade de enegrecer o feminismo. Partindo das ideias de Cláudia Pons Cardoso (2014), onde a autora aborda os pensamentos de Lélia Gonzalez, o conceito de amefricanidade surge como uma categoria epistemológica, que possibilita a produção de conhecimento a partir dos excluídos e marginalizados. Trazendo para a cena todo um processo histórico de resistência e reinterpretação quanto ao racismo e o sexismo. Viabilizando com isso, outras experiências de conhecimento, descolonizando o pensamento que advém de uma visão europeia, utilizando categorias próprias da cultura negra. Nesta mesma linha de pensamento, Sueli Carneiro (2003) afirma a necessidade de enegrecer o feminismo, mas o que ela quer dizer com isso? A autora começa abordando o mito da democracia racial latino-americana, demonstrando através de Ângela Gilliam, a negação do papel da mulher negra na formação da cultura nacional. Dessa forma, enegrecer o feminismo é uma maneira de trazer para a cena as especificidades do ser mulher negra. Trazendo mais representatividade e possibilitando a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. Sendo assim, Sueli Carneiro (2003) entende que “enegrecer o movimento feminista brasileiro tem como significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem.”

A forma como cada uma destas autoras descreve suas teorias está diretamente relacionada com suas vivências, o que torna seus trabalhos ainda mais ricos, pois assumem a importância política de seus escritos. Obras como “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus (1963) e o artigo de Cláudia Pons Cardoso (2014) intitulado “Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez” são exemplos que demonstram a riqueza de se respeitar e, acima de tudo, admirar todas as formas de escrita⁷. Assim saímos da nossa

⁷ Carolina Maria de Jesus é uma das primeiras escritoras negras publicadas no Brasil. Entre suas obras estão: “Quarto de despejo: diário de uma favelada (1960)”; “Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada (1961)”; “Pedacinhos da fome (1963)” e “Provérbios (1965)”. Hoje ela é celebrada como uma das escritoras negras da literatura brasileira, apesar de sua constância na periferia da intelectualidade. E Lélia Gonzales como uma das primeiras

estagnação colonizada para ouvir histórias que têm alma, que trazem para a cena o sentimento e não apenas argumentos vazios, baseados sempre em um único olhar. Qualquer semelhança com a forma como o presente trabalho foi construído, não é mera coincidência, o curso e as autoras que apresento aqui serviram e servem de inspiração para este “estilo” de escrita.

Na busca por conhecimento, fui entendendo que era preciso expandir minha visão sobre as coisas que me foram impostas, e que me constituem enquanto ser humano. No entanto, percebi no decorrer desta busca, a necessidade do posicionamento político diante de algumas atrocidades que vivenciamos em nosso dia-a-dia. O assassinato de George Floyd, um afro-americano morto em Minneapolis no dia 25 de maio de 2020, estrangulado por um policial branco que ajoelhou em seu pescoço durante uma abordagem. E o assassinato em 19/11/2020, de João Alberto Silveira Freitas, morto por dois homens brancos, incluindo um PM, que faziam a segurança de um supermercado em Porto Alegre, demonstram o quanto de luta ainda é necessária, para que possamos combater políticas de extermínio dos povos negros no mundo todo. Além disso, o posicionamento de figuras do alto escalão da política brasileira⁸ é algo que assusta e revolta, pois reforça o mito da democracia racial.

6.5 GÊNERO, EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO: DIFERENÇAS E SEXUALIDADES

Mas de que forma podemos encontrar uma saída para uma possível mudança de tal cenário? Acredito que falar sobre gênero e educação seja uma das maneiras de pensarmos em alternativas, pontos que foram abordados mais especificamente na disciplina de “Gênero, educação e conhecimento”. Durante as discussões em sala de aula, de maneira recorrente discutíamos a importância da educação⁹. A educação como uma ferramenta de reflexão que possibilite uma mudança de sentidos enraizados e naturalizados em nossa sociedade. Tenho convicção que foi e é através da educação, que modificamos nossos entendimentos, deixando de achar algumas coisas engraçadas e passando a questioná-las. Pois, a linguagem nos constitui e é através dela que expressamos nossos preconceitos e intolerâncias. Por isso acredito que tais discussões, se realizadas no decorrer e mais especificamente no início de nossa formação,

negras a ser professora universitária, ligada ao movimento social negro (MNU) e também política, foi candidata pelo PT a deputada federal/RJ.

⁸ Refiro-me à declaração do Presidente da República, Jair Bolsonaro, quando o mesmo disse ser daltônico e que todos têm a mesma cor. Discurso reforçado pelo vice-presidente Hamilton Mourão, que disse não existir racismo no Brasil. Tais pronunciamentos foram feitos no mesmo momento em que aconteciam manifestações por justiça à João Alberto Silveira Freitas.

⁹ Não podendo deixar de, minimamente, citar a lei 11.645, de 10 março de 2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

podem ser válidas para o combate da intolerância. Talvez, venha daí o sucateamento intencional das escolas e instituições de ensino públicas, geridas por um modelo neoliberal de fazer política. Fica evidente então, a importância da defesa de tais instituições.

Sendo assim, entendo que a escola pode ser vista como um ambiente potencial para a discussão das questões de gênero e na luta contra as mais variadas naturalizações. Buscando, em primeiro lugar, a consciência de que vivemos em uma sociedade racista, homofóbica, machista, classista, capacitista e entre tantas outras definições que excluem e trazem sofrimento para determinados grupos sociais. Oliveira e Paiva (2017) afirmam que precisamos cada vez mais inserir no cotidiano pedagógico, práticas contra-hegemônicas e igualitárias, promovendo assim a autonomia e o protagonismo de pessoas e grupos sociais que constantemente veem seus direitos fundamentais serem violados. Mais detidamente ao campo da diversidade sexual e de gênero, é necessário “estranhar” e “desnaturalizar” conceitos normativos, que abordam determinações puramente biológicas sobre as subjetividades. Condizente com isso, Louro (2008) ressalta a necessidade da criação de um contexto escolar igualitário, justo e sem preconceitos. Para isso, é preciso problematizar as exclusões e violências, que são produzidas e reproduzidas neste contexto, para com as pessoas que subvertem as normativas sociais do ponto de vista de sua identidade de gênero. Somente dessa forma, torna-se possível suprimir a homofobia e a transfobia, na busca por uma sociedade que respeite de fato, as subjetividades e as diversidades.

Diante disso, fica evidente a necessidade da desconstrução de conceitos cada vez mais enraizados em nossa cultura, estando atento também aos movimentos que a educação brasileira faz, ou não, em prol de uma discussão mais ampla quanto a estas temáticas. Ao analisarem documentos pertinentes à educação no Brasil, Vianna e Unbehau (2004) destacam a importância do constante questionamento, de estereótipos de gênero e a reflexão sobre o modo velado, ambíguo e por vezes reducionistas, como os significados de gênero são tomados nestes documentos. Conforme afirma Louro (2007), não podemos aceitar conviver com um sistema de leis, normas e preceitos, tanto jurídicos e religiosos, como morais ou educacionais que excluem e discriminam sujeitos pelo seu modo de ser homem ou ser mulher e por suas formas de expressar seus desejos e prazeres. Preceitos muitas vezes sutis e quase imperceptíveis, que geram sofrimento em diferentes contextos da nossa sociedade. A autora afirma ainda que “a dinâmica de poder entre os gêneros e as sexualidades é, muitas vezes, plena de sutilezas, insinuante, exercida com discrição, quase imperceptível (p. 216)”. Assim, a escola deveria ser assumida como um espaço fundamental de reflexão para tal temática. O questionamento de Ferreira, Pereira e Kalsing (2018) ilustra este anseio pela criação de um espaço de reflexão e

crítica com relação ao instituído: “Por ser a escola um espaço privilegiado para a promoção de questionamentos e aprendizagens não seria esse o lugar para a disseminação de reflexões quanto às relações de equidade e de poder? (p. 58)”. São estes espaços educacionais que podem promover diversas reflexões, como foi o caso da Especialização em Estudo de Gênero da UFSM. Lembro por exemplo, de um questionamento feito por uma colega, quando a mesma perguntou se o patriarcado havia sido “inventado” por mim¹⁰, uma forma de demonstrar o quanto todos(as) nós estamos imersos em uma organização social carregada de relações de poder que estão para além do individual, e que muitas vezes passam despercebidas.

Foi na disciplina intitulada “Gênero, diferenças e sexualidades”, que nosso grupo de trabalho pensou em escrever sobre a importância da teoria *queer*¹¹ na educação, não somente no que se refere à sexualidade como à educação como um todo. Um espaço de troca que acabou sendo dificultado pelo distanciamento social trazido pela pandemia, mas que não deixou de contribuir para o aprendizado e a reflexão sobre a temática. Dessa forma, discutir de que maneira a teoria *queer* pode ser utilizada como ferramenta para a educação, de maneira ampla e que vá além das questões de gênero, levando-se em conta seu caráter de desconstrução. Utilizando-se da perspectiva defendida por alguns autores e autoras que defendem o termo pedagogia *queer*, visamos desenvolver um escrito com a intenção de contribuir para o fortalecimento da utilização prática e metodológica de tal perspectiva no ambiente escolar. Discutindo pontos que acabam contribuindo para a manutenção da heteronormatividade no ambiente escolar, bem como experiências e iniciativas que questionam e buscam a mudança deste cenário.

Importante ressaltar que não se trata de uma crítica aos educadores e educadoras, pois os(as) mesmos(as) também estão envolvidos(as) por um discurso social que muitas vezes é reforçador de intolerâncias. Mas que possa servir como um alerta de como a escola, enquanto instituição do Estado, se constitui simbolicamente, dominando corpos e mentes das pessoas envolvidas com a educação. Digo isso, por que o curso possibilitou a convivência com algumas colegas que trabalham como docentes em escolas, e que relataram as dificuldades que se colocam no dia-a-dia do contexto escolar, quando a discussão de gênero é proposta. Bento

¹⁰ O questionamento surgiu em uma roda de discussão durante a aula, quando falávamos sobre algumas características da sociedade patriarcal.

¹¹ A palavra *queer* significa, ao pé da letra, estranho e sempre foi usada como ofensa a pessoas LGBTQ+. No entanto, a comunidade LGBTQ+ se apropriou do termo e hoje é uma forma de designar todos que não se encaixam na heterocisnormatividade, que é a imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade. Definição retirada do “Glossário LGBTQ+” produzido pela Natura em 2019. Disponível em: <https://www.natura.com.br/blog/mais-natura/glossario-lgbt-entenda-o-que-e-queer-intersexual-genero-fluido-e-mais>

(2011) afirma que, para que possamos entender as motivações que levam a escola a ser um dos principais reprodutores de valores hegemônicos, é preciso sairmos deste lugar, ampliando nossos olhares e voltando-os para a maneira como a própria sociedade produz as verdades. Verdades estas que são reproduzidas nos comportamentos de gênero, onde são definidos aqueles considerados “normais”. Além disso, é preciso estarmos atentos(as) às maneiras como gênero e sexualidade articulam-se na reprodução social. Portanto, essa discussão deve estar para além dos muros da escola, pois há um projeto social que produz corpos ditos normais. Projeto este que apesar de extrapolar os limites da escola, encontra nela um terreno fértil para sua reprodução. No entanto, os debates que vêm atravessando a sociedade, sobre a temática de gênero, também podem ser vistos dentro da escola. Havendo um incômodo, que a autora classifica como saudável, dos(as) diferentes pessoas envolvidas com o ambiente escolar, trazendo para a cena uma ampla reflexão sobre direitos humanos. “Está em curso, portanto, a produção incessante de contradiscursos, e a escola, de múltiplas formas, está inserida nessa disputa.” (BENTO, 2011, p. 558).

A insistência em abordar a importância de se discutir as questões de gênero no contexto escolar tem uma relação direta com minha formação. Por ter transitado em vários ambientes escolares, também tenho claro o entendimento do incômodo gerado diante da proposta de se discutir tais temáticas. Diante disso, outro ponto importante de ser discutido, é a formação das próprias pessoas que constituem os ambientes educacionais. Não é por acaso que estou falando sobre os mais variados aprendizados, que me foram possibilitados no decorrer da especialização. Nas trocas geradas durante as aulas, falávamos também da importância da inclusão dos estudos de gênero na formação dos mais variados profissionais, dentre eles os que exercem a docência. Cavalcanti, Pereira e Paula (2017) entendem que, uma das metas da formação docente é a valorização do convívio com as diferenças em sala de aula, sendo assim, o respeito à singularidade deve se fazer presente neste ambiente. Tornando possível a construção de uma sociedade democrática, que promova valores de tolerância e respeito pela diversidade. No entanto, neste mesmo local, encontramos discursos direcionados, que reforçam os padrões heterossexuais, excluindo aqueles que não estão enquadrados nestas normativas. Os autores consideram ainda, que uma formação específica, onde o(a) docente tenha contato com a Teoria *Queer* é fundamental, considerando a grande diversidade sexual que permeia o contexto escolar. Sendo assim, tal teoria torna-se fundamental no combate às intolerâncias que se apresentam em tal contexto, às quais impedem que alunos(as) e professores(as) obtenham outras maneiras de pensar a sexualidade.

Neste sentido, Santos (2017) traz os dilemas educacionais contemporâneos, para pensar a Teoria *Queer* através de uma perspectiva crítica no campo educacional. De maneira que a educação possa ser repensada em suas diferentes dimensões. Diante disso, o autor afirma que:

Em uma perspectiva não normalizadora, educar seria uma atividade dialógica em que as experiências até hoje inviabilizadas, não reconhecidas, ou, mais comumente, violentadas, passassem a ser incorporadas no cotidiano escolar, modificando a hierarquia entre quem educa e quem é educado e buscando estabelecer mais simetria entre eles de forma a se passar da educação para um aprendizado relacional e transformador para ambos (p. 183).

Em uma sociedade onde “há um processo incessante de produção de anormalidade (BENTO, 2011, p. 558)”. Santos (2017) ressalta que a Teoria *Queer* não se limita à uma luta apenas ligada à sexualidade, estando engajada também na luta contra falsos valores que acabam por justificar diversos tipos de discriminação. Sendo assim, é uma luta que está para além da comunidade LGBTQI+, estendendo-se a todos aqueles(as) que recebem o rótulo de impossibilitados(as) diante dos padrões de normalidade. Tomaz Tadeu da Silva (2004, p. 107) entende que:

O queer se torna assim uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade e ao conhecimento sexuais, mas que se estende para o conhecimento e a identidade de modo geral. Pensar queer significa questionar, problematizar, contestar, todas as formas bem comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia queer é, nesse sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente e profana.

Uma mudança de olhar, enxergar o mundo com outras lentes, estar aberto ao diferente, entender que a diversidade e a diferença é que são o “normal” da sociedade. Uma experiência formativa como esta, proporcionada pela especialização, com certeza possibilita esta mudança. Pois a todo momento, acabamos nos adequando à padrões que nos são impostos, o que não deixa de ser uma realidade também nos ambientes educacionais. Segundo Fonseca (2011) o(a) professor(a) também acaba por utilizar métodos onde possa se adequar ao padrão do que é imposto pela escola. Sendo disciplinado(a), principalmente, através do corpo (onde demonstramos nosso autocontrole). Por isso torna-se tão importante dominar o corpo, tornando o mesmo mais útil e formatado para os ditames do que é esperado. Diante deste cenário, Cavalcanti e Ferreira (2017) entendem que a Pedagogia *Queer* surge do engajamento teórico de pesquisadoras(es) da Educação para a utilização dos conceitos da Teoria *Queer* na criação de novas estratégias pedagógicas não normativas. Além disso:

Pela importância de suas contribuições no campo da Educação, a Teoria queer pode ser uma importante interlocutora em uma contemporaneidade na qual as concepções sobre o sujeito pedagógico e sobre os métodos de ensino-aprendizagem parecem estar em crise (p. 12).

Mas o que impede que estas temáticas possam ser discutidas de maneira ampla no interior dos ambientes educacionais? Miskolci e Pereira (2019) afirmam que direitos sexuais e reprodutivos são um dos principais pontos de disputa de políticas públicas, tanto educacionais como em saúde no Brasil. Contexto este que ganhou força nas últimas décadas, onde ações afirmativas¹² no ensino superior e perspectivas de igualdade entre homens e mulheres, que reforçam abordagens antidiscriminatórias no contexto escolar vêm sendo atacadas como “ideologia de gênero”. Além disso, a recusa à educação sexual no contexto escolar está associada a alguns grupos que a definiram como “doutrinação marxista”. Os autores se referem ao movimento ocorrido em 2014, onde manifestantes estamparam cartazes e posts nas redes sociais como os dizeres “Abaixo a ideologia de gênero”, posicionando-se contra a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação (PNE). Movimento que gerou ataques a professores(as) do ensino básico e médio, não demorando para chegar também no ensino superior.

Para Miskolci e Pereira (2019) grupos anti-igualitários têm tido sucesso no campo da educação, impedindo que a perspectiva de gênero e o combate contra a homofobia sejam incluídos nos planos educacionais. Atacando, além disso, ações afirmativas e a gratuidade no ensino público superior. Onde as políticas de cotas são atacadas com acusações de má gestão administrativa, reforçando também, o ideal neoliberal da meritocracia e da produtividade como pontos de avaliação. É neste cenário que “as críticas da teoria queer aos modelos binários de gênero e sexualidade tem inspirado teóricos que fazem uso do termo, a criticarem também os modelos da epistemologia moderna na área da educação” (CAVALCANTI E FERREIRA, p. 19, 2017). Condizente com isso Miskolci (2009) entende que:

Ao colocar em xeque as coerências e estabilidades que, no modelo construtivista, fornecem um quadro compreensível e padronizado da sexualidade, o *queer* revela um olhar mais afiado para os processos sociais normalizadores que criam classificações, que, por sua vez, geram a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares. (p. 169)

¹² Válido destacar uma importante obra, em e-book, do tipo relatos de experiência, lançada pela Editora da UFSM, intitulada “10 Anos de Ações Afirmativas na UFSM”, organizada por Ana Lúcia Aguiar Melo e José Luiz de Moura Filho. Disponível em: https://editoraufsm.com.br/downloadable/download/linkSample/link_id/33/.

“Marcado por um processo educacional autoritário e violento, conheço suas marcas tanto naqueles que saem como esperado quanto nos que resistem ou são expelidos’ (MISKOLCI, 2012, p. 11). Este breve relato do autor demonstra o quanto devemos olhar para a construção de nossos planos educacionais, tornando-os mais democráticos e menos adoecedores. Para isso, Cavalcanti e Ferreira (2017) entendem que a pedagogia *queer* se propõe a incluir no currículo, temáticas que vão além da sexualidade, questionando processos institucionais e discursivos, bem como as estruturas de significação definidoras dos papéis sociais e das identidades dos sujeitos inseridos no contexto escolar. Abrindo um leque de possibilidades para e discussão do que é considerado fixo e imutável.

6.6 GÊNERO E RELAÇÕES DE TRABALHO

Partindo das reflexões da teoria *queer*, e ampliando a mesma para nossos contextos de atuação, como pensar então, um olhar crítico dentro das nossas áreas de saber? Foi a proposta de avaliação de disciplina de “Gênero e relações de trabalho”, a qual possibilitou uma reflexão sobre a psicologia e a divisão sexual do trabalho. Assim, pude trazer alguns dados sobre a predominância de mulheres atuando na área da psicologia, analisando através da realidade destas mulheres questões pertinentes à divisão sexual do trabalho. Para tal investigação, utilizei a publicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), organizado por Louise A. Lhullier, intitulado “Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho”. Por meio do instituto ETHOS, o Conselho Federal de Psicologia desenvolveu esta pesquisa quantitativa que ouviu 1.331 psicólogas de todo o Brasil, onde um dado bastante significativo foi encontrado, das(os) 232 mil profissionais em exercício, 89% são mulheres. Outros números, mais específicos podem ser encontrados no site do CFP, onde através de um infográfico¹³ é possível visualizar o número de psicólogas e psicólogos em cada Estado, onde o Rio Grande do Sul apresenta 20.937 psicólogas e 2.537 psicólogos. No entanto, a pesquisa coordenada por Lhullier (2013) está para além dos números encontrados, versando também sobre a constante luta pela igualdade de gênero:

Mais do que um panorama, a pesquisa trouxe também um conhecimento que ultrapassa as questões das mulheres dentro da Psicologia. Ela abre um leque que permite, inclusive, a elaboração de estratégias da categoria, favorecendo o protagonismo e a luta pela igualdade de gênero no Brasil (LHULLIER, p. 11, 2013).

¹³ <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>

O dado de que 89% das profissionais que compõem a categoria no Brasil são mulheres, nos coloca o desafio de problematizar as questões da divisão sexual do trabalho e os significados desta para nossa vida em sociedade. Para Oliveira-Cruz (2016) a grande quantidade de experiências e significados que as mulheres vivenciam através do trabalho, interfere na constituição de suas identidades, o que reflete as mais diversas tensões que estão presentes nas relações de hierarquia e diferença. Condizente com isso, Sarti (1997) afirma que o trabalho remunerado é considerado pelas diversas correntes do feminismo, como uma condição para a libertação feminina. Onde a subordinação social da mulher é permeada tanto por sua exclusão do mundo público, como por sua identificação com o mundo privado, tornando este tema fundamental para o movimento feminista.

Diante da importância que o trabalho representa na constituição das identidades, bem como da sociedade, entendo que devemos dar uma atenção especial aos estereótipos que são criados sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, mais especificamente em relação ao trabalho. Rotulações estas, que desempenham um papel importante de poder através de uma opressão que, muitas vezes, se dá de maneira sutil, sendo cada vez mais naturalizada. No segundo capítulo da pesquisa do CFP, escrito por Rita Flores Müller e Geni Núñez Longhini (2013) intitulado “Trabalho feminino, trabalho masculino: desdobramentos da divisão sexual do trabalho”, as autoras trazem a naturalização como algo do cultural que é transformado em uma norma. Utilizando os estereótipos do homem engenheiro e da mulher psicóloga para abordar a definição de algumas profissões como femininas e outras como masculinas. Onde a superioridade numérica de mulheres na Psicologia parece estar relacionada com a questão privada da vida psicológica e dos cuidados, bem como com o caráter privado da profissão. O que nos leva a pensar nas relações hierárquicas existentes entre homens e mulheres, através de como se distribui simbolicamente o público e o privado em nossa sociedade. Nesse sentido, Biroli (2018) afirma que a divisão sexual do trabalho, não existe somente na forma de privilégio como também nas desvantagens e opressões. Assim, a divisão sexual do trabalho naturaliza as relações de autoridade e subordinação, como se estas fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente.

Além disso, a pesquisa feita pelo CFP e apresentada por diversas autoras da área, trazem alguns números que merecem atenção. Os dados apresentados por Lhullier e Roslindo (2013) demonstram que 76% das psicólogas brasileiras tem entre 30 e 59 anos, onde o percentual das que tem até 29 anos mais que dobra em relação as maiores de 60. As autoras trazem dados do censo do IBGE de 2010, para demonstrar que o envelhecimento da população brasileira ainda não tem reflexo na profissão de psicóloga, segundo o censo 10,8 das mulheres no Brasil têm 60

anos ou mais. Outros dados importantes trazidos pelas autoras dizem respeito a cor ou raça declarada pelas participantes, onde: 67% declararam-se brancas, 25% pardas, 3% pretas, 3% amarelas e 1% indígenas. As autoras afirmam que apesar dos dados não serem uma surpresa, é importante que estes não sejam naturalizados ou aceitos, e sim que a psicologia precisa enfrentar este obstáculo, criando estratégias para o aumento da diversidade na profissão. Ainda mais diante de um cenário onde o ensino superior é acessado predominantemente por brancos. Esse problemática também é abordada por Sarti (1997), onde ela afirma que mesmo diante de algumas mudanças sociais significativas, o Brasil continua sendo marcado por hierarquias de classe, gênero e raça.

Segundo Diogo e Coutinho (2013) a pesquisa do CFP revela ainda que 53% das psicólogas moram com seus parceiros e 41% delas residem com filhos/as e/ou enteados/as. O percentual de psicólogas que têm filhos(as) e/ou enteados(as) é de 59%, enquanto que para psicólogos esse número é de 41%. Com isso, 46% das mulheres nesse contexto dedicam 4 horas ou mais no cuidado diário com filhos(as) e/ou enteados(as) e apenas 24% dos homens possuem jornadas semelhantes. Quanto ao trabalho doméstico a pesquisa revelou que 32% das psicólogas dedicam três ou mais horas diárias aos trabalhos domésticos, contra 15% dos psicólogos; 18% dos psicólogos não fazem trabalhos domésticos ante 12 % das psicólogas. Diogo e Coutinho (2013) entendem que a pesquisa revela, que as psicólogas estão mais envolvidas do que seus colegas homens com as atividades domiciliares e com o cuidado da prole. O que pode refletir diretamente na inserção no mercado de trabalho dessas profissionais. Para Oliveira-Cruz (2016) o aumento da entrada das mulheres no mercado de trabalho não significa que as mesmas tenham suas tarefas e responsabilidades no contexto doméstico diminuídas, fazendo com que surja a noção de dupla jornada.

Sendo assim, Diogo e Coutinho (2013) trazem outro dado importante da pesquisa, que é a proporção de psicólogas e de psicólogos que perderam alguma oportunidade profissional como consequência direta de precisar cuidar de seus(suas) filhos(as), com os números ficando em 38% para elas e 22% para eles. Diante disso, Scavone (2001) traz o movimento feminista como fundamental para o constante questionamento deste cenário, onde família e maternidade aparecem de maneira recorrente como uma forma de opressão das mulheres. Quanto à formação complementar e pós-graduação Lhullier e Roslindo (2013) apontam que 45% das psicólogas da amostra possuem um título de especialista e apenas 7% das entrevistadas possuem título de mestre. 26% das psicólogas cursaram nos últimos dois anos ou estão cursando atualmente uma especialização, 3% um mestrado e 1% doutorado. Em outra pesquisa, desenvolvida por Oliveira-Cruz (2016), a autora afirma que atualmente as mulheres dedicam seu tempo ao

trabalho, tanto fora como dentro de casa, o que dificulta que as mesmas consigam alterar seus graus de escolaridade, o que acaba por dificultar a chegada a postos mais qualificados no mercado de trabalho.

Diante deste cenário um dado chama atenção, Lhullier e Roslindo (2013) trazem que apenas 1% das entrevistadas afirmou que trabalha com questões de gênero. O que segundo as autoras, revela o quanto as relações de poder entre os sexos ainda é pouco abordada em pesquisas e ações da área da Psicologia. Ficando evidente, portanto, que as questões de gênero ainda não são trazidas como determinantes dos nossos papéis sociais. Foi esse o resultado do desenvolvimento da reflexão proposta pela disciplina que envolveu gênero e trabalho, demonstrando o quanto a divisão sexual do trabalho, carregada de estereótipos e preconceitos afeta e muitas vezes determina a carreira das profissionais da Psicologia. No entendimento de Biroli (2018), quando falamos em divisão sexual do trabalho, estamos adentrando em um terreno de construções históricas que determinam o que é trabalho de mulher, competência de mulher ou lugar de mulher na sociedade. Para a autora, esta divisão representa muito do nosso papel na sociedade, o que acaba por conformar trajetórias, trazendo possibilidades diferenciadas para homens e mulheres. Com isso, essa experiência de escrita serviu para demonstrar a importância, de que sejam desenvolvidos mais trabalhos como estes, nas mais diversas áreas profissionais, trazendo para a cena os marcadores de gênero que envolvem a divisão sexual do trabalho. É um desafio para nós, que fazemos pesquisa na área, demonstrar o quanto as nossas mais variadas relações, sejam elas de trabalho ou não, estão constantemente permeadas por relações de poder desenvolvidas através das questões de gênero e da divisão sexual do trabalho.

Diante disso, por vários momentos pude refletir como minha posição de ser homem na sociedade afeta minhas relações com o trabalho. Onde, no meu cotidiano, presencio visões do tipo: o pai que cuida do filho é um herói, o homem que lava uma louça é aplaudido, homens não cuidam de pessoas doentes na família. Questões que para as mulheres são vistas como “naturais”, como se fizessem parte do seu ser, de maneira biológica ou até mesmo divina e que, além disso, não são vistas como trabalho. Assim, há uma sobrecarga para as mulheres, mesmo que estejam se desenvolvendo profissionalmente o custo é significativo para estas.

Por fim, e não menos importante, destaco os aprendizados adquiridos no decorrer da disciplina de “Gênero e Comunicação”. O momento que estamos vivenciando, diante da pandemia, remete à utilização das redes sociais como uma ferramenta, tanto de encontros virtuais, como potenciais espaços de discussão política, pontos estes que permearam nossas discussões no decorrer da disciplina. É o que trazem Oliveira, Sarmiento e Mendonça (2014), que ressaltam a importância de estarmos atentos(as) aos espaços que não são tradicionalmente

vistos como espaços de discussão política, como o Youtube por exemplo. São espaços que podem oferecer conteúdos que ajudem na interpretação das questões políticas, que fazem parte do cotidiano das pessoas. Trazendo com isso, ferramentas que auxiliam em discussões nas diferentes esferas da vida social como: educação, trabalho, gênero e sexualidades. Por falar em comunicação, não posso deixar de ressaltar a importância da linguagem e das trocas ocorridas no decorrer do curso. A pandemia nos trouxe o distanciamento social, no entanto, este trabalho traz um pouco das relações construídas e da aprendizagem que se deu de forma coletiva. Mesmo diante do isolamento, que com certeza afetou a forma de andamento do curso, foi possível a realização de trocas fundamentais tanto em ambientes virtuais mais formais, como nos menos formais. Encontrando até mesmo uma forma de continuação da aprendizagem e dos nossos encontros preciosos, com a construção de um ciclo de palestras on-line¹⁴ promovido pelo curso. Tendo como finalidade discutir a representatividade e a importância da teoria feminista na sociologia ao longo dos anos; trazer a temática LGBTQI+ e o momento político que vive nosso país hoje, na luta por direitos e políticas públicas neste contexto; e o pensamento do feminismo negro, trazendo o conceito de imagens de controle e sua contribuição para analisar as questões de dominação e perpetuação de estigmas sociais destinados principalmente às mulheres negras.

7 CONCLUSÃO

As palavras contidas no presente trabalho, trazem consigo uma sensação de afeto e gratidão. Afeto que se deu através das trocas no decorrer do curso, e gratidão por ter tido a oportunidade de participar da primeira edição da Especialização em Estudos de Gênero da UFSM. Desenvolver este relato de experiência, tendo em vista a questão dos privilégios, possibilitou demonstrar a importância da implementação de tal curso, diante da atual conjuntura política que vivenciamos em nosso país. Bem como a necessidade de acesso à informação sobre as questões de gênero e de que forma este acesso pode contribuir na modificação da nossa sociedade desigual, preconceituosa e violenta.

Destaco aqui a importância de ter tido como orientadora uma pessoa que se encontra em uma posição de luta como mulher negra, militante e pesquisadora em ações afirmativas. Com

¹⁴ O I Ciclo de Palestras do Curso de Especialização em Estudo de Gênero da UFSM ocorreu entre agosto e outubro, contando com 3 encontros virtuais que englobaram as seguintes temáticas: “Teoria feminista e sociologia contemporânea: décadas de mudança” (Convidada: Miriam Adelman); “Tem Saída? Perspectivas LGBTI+ para o Brasil” (Convidadas: Joanna Burigo e Andressa Duarte) e “Imagens de Controle – Uma categoria analítica do pensamento feminista negro” (Convidada: Winnie Bueno).

certeza, nossos encontros como orientando e orientadora foi mais um “encontro precioso” proporcionado pelo curso, possibilitando um entendimento ainda maior sobre as questões raciais.

A interseccionalidade, da qual os estudos de gênero se constituem, foi algo que o curso conseguiu englobar, dando visibilidade aos mais variados estudos e diferentes formas de fazer pesquisa, pelas mãos de autores e autoras que nem sempre se encontram nos currículos das universidades. Se a diversidade é o “normal” da nossa sociedade, nada mais justo que os espaços educacionais possam ser diversos nos seus mais variados âmbitos, inclusive na maneira como construímos nossos modos de pensar e nossas produções.

Além disso, o presente relato demonstra a importância do acesso à informação sobre as questões de gênero e a importância da tomada de consciência dos nossos privilégios sociais, na busca por uma sociedade menos desigual, preconceituosa e violenta. Bem como, a abordagem interseccional, trazendo diversas temáticas que permeiam os estudos de gênero, contribuiu para o entendimento e questionamento dos privilégios sociais em diferentes âmbitos.

Por fim, gostaria de ressaltar tudo o que consegui aprender durante nossos encontros, tanto formais como informais, com colegas e docentes do curso. E entendo que hoje consigo disseminar meu aprendizado nos diferentes espaços que transito, tendo outra visão sobre questões fundamentais também para minha prática profissional, enquanto psicólogo, como: o privilégio branco, questões do feminismo, da negritude e do movimento LGBTQI+. Lembro de não falar muito durante as aulas, talvez por falta de conhecimento. No entanto, o aprendizado adquirido me deu ferramentas para falar “fora” do curso, para além dos muros da universidade. Alguns discursos já não passam mais despercebidos como antes, e é nesses momentos que me sinto convocado a não mais ficar quieto, não silenciar perante as questões do social. Pois as (des)construções geradas no decorrer do curso, possibilitaram ferramentas para que eu possa me tornar um aliado na luta por um mundo menos desigual.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. Notas sobre a branquitude nas instituições. In.: SILVA, Maria Lucia da et al. **Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do trabalho. In: _____ **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- Bonecas Abayomi: símbolo de resistência, tradição e poder feminino - Geledés. 2015. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>>. Acesso em 18/11/2020.
- BUTLER, Judith, P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 22, v. 3, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- CAVALCANTI, Marcus Alexandre de Pádua; PEREIRA, Alexandre de Jesus; PAULA, Fábio Narduchi de. Políticas de educação de gênero e diversidade sexual teoria queer: desafios para formação docente. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, n. 2, suplementar, p.708-710, 2017.
- CAVALCANTI, Marcus Alexandre de Pádua; FERREIRA, Sandramor do Amaral. Pedagogia queer: uma nova proposta no meio educacional. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, n. 2, suplementar, p. 12-21, 2017.
- CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos pagu**, n. 16, 2001.
- DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin. Ser psicóloga no Brasil: entre o exercício profissional e a realização de atividades domésticas e de cuidado não remuneradas. In.: LHULLIER, Louise A. (Org.). **Quem é a psicóloga brasileira?** Mulher, psicologia e trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.
- FERNANDES, Florestan. O mito revelado. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 26, 2003.
- FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu (org.); POULIN, Richard. **Desafios do Livre Mercado para o Feminino**. São Paulo: SOF, 2005.
- FERREIRA, Marleide. **ABAYOMI: “AMARRANDO OS NÓS DA CULTURA AFRODESCENDENTE”**. 2018. p. 26. TCC (Curso de Graduação em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2018.

FERREIRA, Leticia Silva; PEREIRA, Viviane Santos; KALSING, Vera Simone Schaefer. Gênero, raça e participação: percepção de discentes do Ensino Médio acerca da sustentabilidade. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, Viçosa – MG, v. 07, n. 01, 2018.

FONSECA, Thomaz Spartacus Martins. Quem é o professor homem dos anos iniciais? Discursos, representações e relações de gênero. 2011, 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

FREITAS, M.; FELIX, J.; CARVALHO, M. Homens podem ser feministas? O pioneirismo dos estudos de masculinidades no Nordeste do Brasil. **R. Educ. Públ.**, Cuiabá, v.27, n 66, p. 861-881, 2018.

IPEA; FBSP (org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. Edição popular, 1963.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia (versão online)**, Rio de Janeiro, v. 02, 2020.

LHULLIER, Louise A. (Org.). **Quem é a psicóloga brasileira?** Mulher, psicologia e trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

LHULLIER, Louise A.; ROSLINDO, Jéssica J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In.: LHULLIER, Louise A. (Org.). **Quem é a psicóloga brasileira?** Mulher, psicologia e trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, 2008.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. **Cadernos Pagu**, n.15, p. 15-38, 2000.

MEIRA, Júlio Cesar. ESTUDOS DE GÊNERO E HISTORICIDADE: Sobre a construção cultural das diferenças. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v. 27, n. 2, 2014.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano. 11, n. 21, p. 150-182, 2009.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Autêntica, Ouro Preto, 2012.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. Estado**, v.32, n.3, 2017.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Educação e Saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. **Interface (Botucatu)**, v. 23, 2019.

MONIZ, José David da Silveira. **Uma compreensão das masculinidades em interface com a saúde mental dos homens**. 2020. p. 74. Monografia (Curso de Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, 2020.

MÜLLER, Rita Flores; LONGHINI, Geni Núñez. Trabalho feminino, trabalho masculino: desdobramentos da divisão sexual do trabalho. In.: LHULLIER, Louise A. (Org.). **Quem é a psicóloga brasileira?** Mulher, psicologia e trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

OLIVEIRA, Douglas Libério; PAIVA, Angela. Ciências biológicas e suas interfaces com as concepções sociológicas na educação escolar: sexo, orientação sexual e identidade de gêneros. Um campo em construção. **X Congresso de Pesquisa e V Semana de Ciências Sociais**, UEMG, Barbacena, 2017.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de. DIMENSÕES DO TRABALHO FEMININO: RELAÇÕES E PRÁTICAS NA PRODUÇÃO MATERIAL E SUBJETIVA DA DESIGUALDADE. In: _____. Dona de casa e da própria vida? Leituras sobre o trabalho feminino na publicidade entre mulheres da nova classe trabalhadora. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Comunicação), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: 2016.

OLIVEIRA, Wesley Matheus de; SARMENTO, Rayza; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Deliberação no YouTube? Debates em torno da questão LGBT. **Revista Compólitica**, n. 4, v. 1, 2014.

PIZA, E. Porta de Vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

REY, Fernando González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SANTOS, Wendel Souza. Teoria queer e educação para uma abordagem não normalizador. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v.6, n.2, p. 183-196, 2017.

SARTI, Cynthia. A sedução da desigualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica (org). **Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v.5, n. 8, p. 47-60, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e privilégio. In.: SILVA, Maria Lucia da et al. **Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018.

- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1995.
- SEFFNER, Fernando. Escola pública e função docente: pluralismo democrático, história e liberdade de ensinar. In: XXIX Simpósio Nacional de História: Contra os Preconceitos – História e Democracia, 2017, Brasília. **Anais.** Brasília, UNB, 2017.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SILVA, Susana Veleda da. OS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales,** Barcelona, n. 262, 2000.
- SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias.** São Paulo: Paulus, 2005.
- VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa,** v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.
- WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas,** p. 460-482, 2001.
- WOLF, Naomi. **O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.